

## 2 O CHOQUE

Quando Bresser Pereira assumiu o Ministério da Fazenda, em 29 de abril de 1987, a economia brasileira atravessava uma crise financeira sem precedentes em consequência do fracasso do Plano Cruzado. A inflação crescia explosivamente, os salários reais haviam caído mais de 20% desde o pico de novembro de 1986, o desemprego aumentava, o número de falências e concordatas batia todos os recordes, o superávit comercial com o exterior de 1 bilhão de dólares mensais transformara-se em déficit, as reservas brasileiras esgotavam-se apesar da moratória decretada em 20 de fevereiro de 1987. Para fazer frente a essa crise, Bresser Pereira considerou essencial um novo congelamento de preços.

Em 12 de junho de 1987 foi aplicado o choque, que se chamou inicialmente Plano de Emergência, depois Novo Plano Cruzado e, afinal, acabou conhecido como Plano Bresser. A inflação havia sido de 20,96% em abril, 23,21% em maio, e esperava-se ainda mais para junho.

Os preços foram congelados no dia 12 mesmo, anunciando-se desde logo que esse congelamento duraria três meses. Quanto aos salários, a regra foi a seguinte: no final de junho seria disparado o último gatilho. Depois de reajustados em 20%, os salários também permaneceriam congelados, no mesmo prazo que os preços. Depois de três meses, os salários passariam a ser corrigidos mensalmente, conforme a Unidade de Referência de Pre-

ços — URP, um índice a ser obtido pela média da inflação dos três meses precedentes. A mesma URP seria aplicada três meses e, então, corrigida. O resíduo do último gatilho seria devolvido, após o congelamento, em seis vezes.

A flexibilização dos preços, isto é, o modo de sair do congelamento, foi um dos temas mais discutidos do primeiro mês de vigência do Plano. Esse fora um dos grandes problemas do Cruzado. Mas a questão mais polêmica foi, sem dúvida, a dos salários. O movimento sindical identificou um arrocho nas novas regras e o ministro Bresser teve de dedicar boa parte de suas entrevistas para rebater essa acusação. Ele estava convencido de que, ao contrário, haveria ganho de salário. Hoje, diz, “isso ficou provado pelos números”. Mas, na ocasião, no momento do fogo, dizia: “O salário sobe, vão ter que acreditar nisso à força”.

Todo o foco dessa questão centrou-se na inflação de junho de 1987: ela teria ou não sido eliminada do cálculo de reajuste salarial? A resposta não é simples, pois envolve dois momentos: quando os preços estavam congelados e os aumentos de preços andavam pela casa dos 3% ao mês, repor toda a inflação passada implicaria um forte ganho imediato de salário, com os conseqüentes problemas e aquecimento de demanda; posteriormente, quando a inflação de novo desandou e ultrapassou a marca dos 20% mensais, um nível que fatalmente impõe perdas salariais, repor toda a variação de preços passada tornar-se-ia justo. E aí já não tem impacto significativo sobre a inflação — tudo anda (ou desanda) no patamar elevado.

Os salários de junho de 1987 foram reajustados em 20% — resultado da aplicação do último gatilho. No dia 12 desse mês os preços foram congelados. Quando os salários foram pagos, no final de junho, com o reajuste de 20%, os preços estavam congelados há 18 dias e os dados indicavam que a inflação andava pelos 3%. Naquele momento, os 20% representavam uma recuperação.

Ocorre que a inflação toda de junho viria a atingir o recorde de 26,06% — e, por conta disso, o movimento sindical reivindicava pelo menos um novo reajuste de 20% nos salários de julho, que seria a aplicação do gatilho referente a junho. (O resíduo — a diferença entre os 20% do gatilho e a inflação real — seria pago, de qualquer modo, escalonado mês a mês, após o congelamento.) Ora, a inflação de julho, confirmando a tendência dos 18 dias finais do mês anterior, ficaria em 3%. Aplicar aí 20% de reajuste salarial certamente daria um ganho abrupto e muito ele-

vado para os salários. Justo ou não, o certo é que provocaria o aquecimento de demanda que os autores do Plano Bresser tratavam de evitar, para não cair na armadilha do Cruzado.

Essa foi, então, a argumentação básica do ministro Bresser. E que valeria — como valeu — enquanto a inflação permanecesse baixa. Se continuasse assim, as perdas salariais passadas poderiam ser negociadas em cada data-base e os acertos definidos caso a caso, escalonados, com impacto diluído sobre os preços. Esse acerto caso a caso foi o que de fato aconteceu em diversas categorias do setor privado, quando a inflação de novo disparou. Restou o problema dos empregados do setor público, pois o governo, preso a suas regras, não podia aplicar aquela reposição de 26,06%, que se tornara justa e irrelevante para uma inflação perto dos 1000% anuais. Esse era o argumento de Bresser Pereira, no final de 1988, quando observou que deveriam então pagar aqueles famosos 26,06%.

O congelamento de preços de junho de 1987 foi sempre considerado por Bresser Pereira uma medida de emergência, para resolver a grave crise financeira do momento, não para zerar a inflação. Esta, segundo sua estimativa e de seus dois principais assessores para o congelamento — Yoshiaki Nakano e Francisco Lopes — deveria voltar para um nível de aproximadamente 10% ao mês de dezembro de 1987. Seria impossível zerar a inflação com preços relativos tão desequilibrados no dia do choque, e sem reservas internacionais que permitissem o congelamento da taxa de câmbio.

As entrevistas deste capítulo tratam basicamente do lançamento do Plano, suas justificativas imediatas e as polêmicas do primeiro mês.

### **Entrevista a Luiz Erlanger e Ribamar Oliveira, de *O Globo*, de 19.6.1987.**

P.: Por que o senhor acha que esse plano vai dar certo depois do fracasso do Plano Cruzado I?

R.: Vai dar certo porque não é nenhuma mágica, porque está bem elaborado, bem pensado e porque é absolutamente insuficiente. Isso significa dizer que vai ter que ser administrado em seguida. Todos os dias, todos os meses, como fazem os argentinos e os israelenses, até que um dia desapareçam os vestígios de inflação inercial ou de memória inflacionária neste país.

P.: Como ficará então a questão do corte do déficit e da política fiscal dentro do novo plano?

R.: O Plano Macroeconômico<sup>1</sup> prevê um crescimento esse ano de 5% — 3% do produto industrial — e isso só é viável desde que haja corte do déficit público. O déficit público<sup>2</sup> está em 6,7% do PIB. Quer dizer, um total de desequilíbrio das finanças públicas, provocada pelo Plano Cruzado I. Só de déficit dos estados temos 2,3% do PIB projetado. Para a agricultura o subsídio é de CZ\$ 100 milhões, previsão para o primeiro semestre. Então, temos que cortar isso. Algumas coisas já foram cortadas via Plano: aumentamos a receita pública, retiramos parte do subsídio, mas vamos ter que cortar mais.

P.: Os críticos afirmam que o governo, até agora, só cortou os sonhos.

R.: Não é verdade. No orçamento de despesas, a SEST (Secretaria de Controle das Empresas Estatais) já fez cortes substanciais nos gastos das empresas estatais. E no orçamento de investimentos dessas empresas também estamos fazendo cortes. Vamos continuar com um investimento pouco maior do que do ano passado — estávamos, se não me engano, com 12,5% de aumento real de investimentos em relação a 1986, baixaram para 4%

P.: Quando se fala em cortar sonhos é porque os projetos que foram cortados, tipo ferrovia Norte-Sul, Linha Vermelha etc., não tinham sido iniciados.

R.: Não. O projeto da ferrovia já estava sendo iniciado e foi suspenso. Então não se pode dizer que é meramente pro forma. Mas é bom registrar que para cortar déficit público, a solução não é demitir funcionários da União, porque tem muito pouco sobrando e o resultado seria mínimo. O que temos que fazer é cortar investimento, aumentar tarifa pública ou aumentar imposto.

P.: O senhor já está preparado para enfrentar os governadores?

R.: Não se trata de enfrentar os governadores, e sim que vou dar o que posso, e não o que não tenho. Não quero criar problemas para os governadores. Mesmo porque a situação financeira dos

1. *O plano macroeconômico*: nesse momento estava sendo elaborado. Seria apresentado oficialmente em 9 de julho de 1987.

2. *Déficit público*: em sentido amplo, a diferença entre o que o governo arrecada com impostos e tarifas e o que gasta com custeio de administração, pagamento de juros e investimentos. *PIB* é o Produto Interno Bruto, a quantidade de bens e serviços produzidos no país.

estados vai melhorar. Eu acho que os governadores têm que ter bem claro que o ano de 87 e, em parte, o de 88, vão ser de arranjo das finanças públicas desse país, e dos seus respectivos estados, em particular. Que eles vão fazer grandes obras e realizações só em 89 e 90.

P.: E a carga fiscal<sup>3</sup>?

R.: Eu não vou mexer em carga fiscal este ano. A carga fiscal vai aumentar graças à redução da inflação. Mas não está previsto aumento de imposto.

P.: Com esse Plano o senhor acredita no aumento da recessão ou na paralisação do processo recessivo?

R.: Esse plano vai, em primeiro lugar, estancar a recessão e deixar um modesto crescimento para a economia, dentro do meu objetivo de 5%, sendo 3% para o produto industrial. Eu não tenho garantido a sintonia fina para alcançar os 5%, mas é em torno disso que vou lutar. Por que que vai mudar este sinal? Porque vai ter um aumento real de salários dos trabalhadores. Se a inflação for em junho, apesar de todas as desinformações em contrário, em torno de 26% ou um pouco mais, e se a inflação de julho for entre 2 e 3%, os trabalhadores vão ter um aumento médio de salário real de 12% em relação a maio. No mês de junho ainda vão perder porque a inflação vai ser maior que 20%. Vão perder, mas em julho, como terão um aumento de 20%, agora no final do mês, e como a inflação vai ser muito menor, vão ter um ganho muito grande. Em relação a maio o aumento é de 12%, e em relação a junho, que é o pior momento, vai ser de 18% a melhoria. Portanto, essa melhoria de salário médio real para os trabalhadores aumenta o poder aquisitivo deles, que passam a consumir mais. As vendas começam a se recompor por aí. Além disso, os empresários vão ficar mais tranquilos e vão começar investir, devagar, mas vão. Não vejo razão para não investir. Então, a economia volta a reagir, pois estava entrando em parafuso completo. Minha esperança é que quanto mais o setor privado readquirir confiança, mais eu poderei cortar o déficit público, sem prejuízo para o desenvolvimento da economia. Embora haja um problema: eu não posso cortar fortemente os investimentos públicos na área de energia, de aço e de petróleo, porque, se eu cortar, o setor privado não vem no lugar e a econo-

3. *Carga fiscal*: a quantidade de impostos que o setor privado paga ao governo. O peso dos impostos.

mia brasileira, como um todo, precisa crescer nessas três áreas. Temos que fazer esses investimentos. Talvez menos no aço.

P.: Parece que a grande polêmica será mesmo sobre se haverá arrocho salarial. No Ministério do Trabalho, técnicos defendem que o resíduo do gatilho é direito adquirido, garantindo mais um disparo...

R.: Que direito adquirido? Em primeiro lugar não há direito adquirido algum, e, segundo, se quisermos fazer correção de salários de acordo com a inflação passada, num momento em que a inflação baixa de 25% para 2 a 3%, podemos ir para a praia e deixar este país afundar.

Isso resultaria num aumento de salário real tão brutal que repetiria a experiência do Plano Cruzado, senão pior. O que interessa é garantir o salário médio real e fazer uma certa recuperação dele. Para isso você tem que ver o que é que vai dar de poder de compra, o aumento de salário que você tem no final do mês. Então, esses 20% que vamos ter nesse final de mês vão dar um aumento de poder de compra que, já disse, vai ser mais ou menos de 12%. Se a inflação for um pouco mais, vai ser de 10%. Isso é uma bela recuperação de salário real.

P.: Mesmo assim vários economistas dizem que esse é o maior arrocho salarial da história do país. Como o senhor vê isso?

R.: Economista sério eu não conheço nenhum que tenha dito que o Plano provocará arrocho. O que aconteceu é que antes do Plano, em relação ao pico do Cruzado, houve uma redução substancial de salário médio real. Talvez um pouquinho mais do que aumentou entre fevereiro e novembro de 86. Houve um aumento brutal e depois entre novembro de 86 e maio de 87 houve outra diminuição tão grande quanto, ou um pouquinho maior. Com relação a isso não há dúvida: todos, economistas, empresários e trabalhadores estão sabendo.

O que havia no final de novembro era claramente uma incompatibilidade distributiva, ou seja, os salários tinham crescido mais do que o possível, do que a economia permitia, e um dos motivos fundamentais que levaram à inflação foi que, através dela, a economia se ajustou e acertou as coisas. A meu ver acertou até demais, e foi por isso que baixou os salários dos trabalhadores.

Na discussão deste Plano com meus assessores defendi fortemente que houvesse essa recuperação real dos salários. Meus assessores queriam dar a metade do gatilho de julho e insistiam comigo. Foi uma bela briga. Alegavam que iria existir uma grande

transferência de renda dos empresários para os trabalhadores, por causa do último gatilho, enquanto os empresários estariam desde o dia 12 com seus preços congelados. Eles iam ter no final do mês — 18 dias depois — um aumento ainda de 20%. Não tem importância, porque a inflação de junho vai ser um pouco maior do que os 23% do mês anterior e porque os salários já perderam bastante nos meses anteriores. Nesse caso, uma certa recuperação entendendo como razoável. Tudo isso estava muito claro na minha cabeça.

P.: Então não haverá um brutal arrocho?

R.: Não tem arrocho. Houve sim um arrocho feito pelo mercado, nos meses anteriores. O que estou fazendo é um desarrocho. Agora, se os trabalhadores, ou esses economistas brilhantes, que não sei quem são, querem voltar ao pico de novembro, então façam uma proposta por escrito. Assinem embaixo, porque aí será o sinal de irresponsabilidade total deles.

P.: Ainda insistindo no resíduo<sup>4</sup>, que ficará muito diferenciado por categoria. Algumas estão com resíduo de 23%, e outras com 3,2%...

R.: Perfeito. Então você divide 3,2 por seis e no outro caso você divide 23,8 por seis.

P.: Mas, com a espera de três meses, o salário real dessas categorias não vai ficar diferenciado também?

R.: Mas espera aí. Você não quer que eu conserte o passado do dia para a noite. Esse pessoal que tem 23,8% foi prejudicado pelo sistema do gatilho. O pessoal que tem 3,2 não foi prejudicado; quer dizer, vou consertar as duas coisas, mas vou fazê-lo aos poucos.

Tem uma tese por aí que é absolutamente ridícula — acho que foi o Delfim Netto — de que esse plano só veio para esconder o gatilho. Esse plano foi para acabar com a inflação inercial, que estava acabando com o país. Para interromper a recessão, a desorganização econômica e política que a inflação estava causando neste país. Foi para isso. Não foi para acabar com o gatilho.

Recebi cálculos que mostram que se o gatilho continuasse, com a inflação de 24% ao mês, em dezembro os salários dos tra-

4. *Resíduo*: pela regra do gatilho, os salários eram reajustados em 20% toda vez que a inflação alcançava esse índice. Assim, se a inflação fosse a 23%, os salários subiam 20% e restava um resíduo de 3% a ser acertado mais à frente, no dissídio coletivo. O Plano Bresser definiu que o resíduo resultante do último gatilho (20% de reajuste nos salários de junho de 1987) seria pago parceladamente, em seis meses, depois dos três primeiros meses de congelamento de salários e preços.

balhadores seriam 20% mais baixos que são hoje, em termos reais. Imaginem em que caos estaríamos. Com 20% de salários a menos, além do que já perderam até hoje. Então, esse gatilho não serviu em absoluto para defender os trabalhadores.

Vamos que eu tivesse feito o congelamento mas mantivesse o gatilho, em vez de fazer essa fórmula. Seria um absurdo, porque iria ficar durante alguns meses novamente com os salários parados, enquanto, a inflação os corroía. Por outro lado teríamos que aguardar apavorados que algum dia ele disparasse. Quando isso ocorresse, dava 20% de correção e desencadeava a inflação. Por isso optei pelo atual plano.

P.: Não tem no decreto qualquer cláusula que diga que por ocasião do dissídio haverá uma reposição automática de 100% da inflação passada...

R.: Mas não existe mesmo isso. Isso vai ser negociado pelas partes. A inflação não é igual para todos os setores. Então não há razão para você estabelecer essa regra.

P.: O Banco Central fixou a taxa do overnight<sup>5</sup> em 19,8%. Para algumas pessoas isto foi considerado altíssimo, para outras, baixíssimo. Ninguém sabe, na verdade, o que essa LBC está medindo?

R.: Essa LBC está medindo uma transição entre uma inflação muito alta e uma inflação muito baixa. É isso que posso explicar, mais do que isso não dá.

P.: E a taxa de juro real?

R.: Vai ser mantida firmemente. Para evitar o superaquecimento da economia, a corrida para ativos reais, tenho que ter uma taxa positiva de juros e isso vai ser mantido. Isso eu estou falando desde que assumi o Ministério. Depois que fiz este plano, garanti isso também.

Os autores dos planos acham que um dos erros importantes do Plano Cruzado I foi que eles começaram com uma taxa de juros muito baixa, que acabou sendo negativa durante o ano inteiro.

P.: Ministro, e o FMI?

R.: Estou fazendo um Plano de Controle Macroeconômico. Esse plano está sendo discutido aqui. O Fundo vai discutir o final

5. *Overnight*: os títulos do governo são negociados no *open-market*, mercado financeiro. *Overnight* é a aplicação financeira em títulos do governo por um dia. O tomador compra o título num dia e o vende no outro, ganhando o juro de um dia. É, obviamente, uma aplicação de curtíssimo prazo.



do Plano, o Banco Mundial já está discutindo. Vou fazer o plano como achamos que interessa ao Brasil. Espero que eles tenham boas idéias para nos dar, pois as que não forem boas não vou aceitar.

Nesse plano existe uma base: um objetivo de crescimento de 5% este ano e 6% o ano que vem, e um objetivo de superávit comercial, que precisa ser de no mínimo US\$ 8,5 bilhões este ano e US\$ 10 bilhões no ano que vem.

Dados esses dois objetivos, que acho compatíveis, e as características da economia brasileira, não vou fazer concessão nenhuma. Esse plano vai ser levado ao FMI para efeito do art. 4<sup>o</sup>. O FMI vai ter que fazer um relatório, se possível antes do dia 20 de julho. Esse relatório, espero que seja positivo. Se além disso o Fundo Monetário Internacional tomar iniciativas, que já deram sinais, de que estariam dispostos a tomar, de que aceitam isso como um compromisso do Brasil em relação ao próprio Fundo e ao sistema financeiro internacional, nós poderemos acertar nossa vida com o FMI.

P.: Fazer um acordo formal?

R.: É. Vamos fazer um acordo formal. Mas eles terão que ter essa iniciativa e nos dizer. E aí vamos discutir internamente com meu partido, com o presidente e com a sociedade, se vale a pena ou não. Se a sociedade achar que vale a pena, então fazemos. Se não, não faço. Vamos discutir um pouco isso.

P.: O Brasil tem uma conta alta com eles este semestre...

R.: US\$ 1,3 bilhão aproximadamente que temos de pagar. Além disso, o dinheiro do Japão, do Clube de Paris e dos próprios banqueiros seria facilitado, se houver acordo com o Fundo. Nós somos sócios do Fundo.

P.: O senhor já tem algum cronograma para as negociações externas com os bancos privados ou não?

R.: Com os bancos privados não. Eu tenho intenção de ir em julho aos Estados Unidos, a Washington, levar o Plano.

P.: Precisa de algumas linhas, não é ministro? O senhor já disse que neste ano não se paga juros...

R.: Eu pago todos os juros, que negócio é esse... Refinancio todos os juros<sup>7</sup>. A idéia, em relação aos bancos privados, na situa-

6. Artigo 4<sup>o</sup> dos Estatutos do Fundo Monetário Internacional.

7. *Refinanciamento de juros*: O país tem de pagar juros aos credores externos. Esses mesmos credores fazem novo empréstimo ao país, com o qual o país paga

ção atual, é o refinanciamento para dois anos. Como é que eu saio da moratória? Estou tão interessado de sair da moratória quanto os credores, desde que obtenha o refinanciamento pleno de meu balanço de pagamentos deste ano e do ano que vem, até 31 de dezembro do próximo ano, o que deve corresponder a mais ou menos US\$ 7,5 bilhões, considerados equilibrados os bancos oficiais. Eu preciso do refinanciamento do principal todo nas bases mínimas que o México e a Argentina conseguiram, e preciso de um sistema de saída para os bancos pequenos, porque não estou disposto a ficar a vida inteira negociando com banquinho.

P.: Mas o senhor não coloca um limite para as reservas que permita ao país sair da moratória?

R.: Vamos fazer uma programação para aumentar as nossas reservas. Dentro do Plano Macroeconômico existe uma programação de aumento de reservas. O número exato ainda não definimos. Teremos que chegar ao final deste ano com reservas maiores e no final do ano que vem com reservas maiores ainda. Porque nossas reservas atuais não são de nível adequado.

P.: O seu Plano foi divulgado exatamente no prazo previsto ou houve uma precipitação?

R.: Foi rigorosamente no prazo. A única dúvida foi se seria divulgado na quinta ou sexta-feira, havendo um momento em que se pensou em divulgá-lo na terça-feira.

Quando assumi o Ministério tinha a perfeita noção de que a única forma de interromper a inflação claramente inercial era através do congelamento.

No dia em que o presidente Sarney me fez o convite, perguntou-me como eu resolveria o problema da inflação brasileira. Respondi que só tinha um jeito, o congelamento, e pedi um pouco de tempo a ele. Falei com o presidente Sarney que estava com o projeto em andamento umas duas semanas depois de tomar posse, e ele aprovou. Depois disso, disse o dr. Ulysses (Ulisses Guimarães, presidente do PMDB) que estava preparando o congelamento. E disse ao general Ivan (Ivan de Souza Mendes, ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações).

---

aqueles juros. É o refinanciamento. Os credores financiam o pagamento de juros que lhes são devidos e o novo empréstimo se incorpora à dívida principal. O dinheiro, naturalmente, nem sai do caixa dos bancos credores.

P.: Não houve pressão do presidente pelo choque?

R.: Não. Nós estávamos de pleno acordo. Quando eu assumi o Ministério, pelo meu discurso e pela entrevista que dei em seguida, disse que havia a necessidade de duas coisas: uma era fazer uma pequena desvalorização do cruzado e, a outra, assim que tivesse condições, fazer um choque. Aí começou uma onda muito engraçada. A desvalorização do cruzado eu resolvi no dia seguinte, mas o problema do choque — eu tinha feito uma bobagem em anunciar e não devia ter feito isso — a partir da entrevista começaram a fazer remarcação. Aí comecei a negar terminantemente. Parei de dizer os motivos por que não ia fazer e passei a dizer não.

P.: Muitos de seus argumentos para despistar, na ocasião, como a falta de condições para controlar preços, são usados hoje pelos críticos?

R.: Não. Veja que o despiste eu só fiz na primeira semana do meu Ministério, depois eu não dei nenhum argumento. Dizia estar fora de cogitação e não dava mais argumentos. Em vista disso, meu discurso ficava muito estranho, porque eu era franco com a população quanto a meu Plano Macroeconômico, em termos da dívida externa, e tinha uma coisa que eu ficava enrolando, que era uma deflação. Enrolava e pronto.

P.: Não se quis evitar congelamento ao limitar os aumentos a 80% do INPC?

R.: Aquilo foi meramente para acabar com as remarcações, além de segurar a febre daquele momento. Essa, também, era uma forma de aparentar que não queria fazer congelamento e acalmar o pessoal. Tinha dois objetivos com os 80%: um porque era uma boa medida em si mesma, porque freava, porque o sistema de preço estava totalmente liberado. Lá pelo CIP faziam o que queriam. Então dei uma segurada. Em segundo lugar, aproveitei para reduzir o prazo de ajuste de preços de 45 para 30 dias, o que já era preparatório para o congelamento.

### **Entrevista a *O Estado de S. Paulo*, de 12.7.1987.**

P.: O Plano Bresser está fazendo um mês. Que avaliação o senhor faz hoje? Deu certo? Vai dar certo?

R.: O objetivo fundamental do plano de congelamento era interromper a inflação, e foi alcançado. De 25% ao mês, a inflação está baixando para 3% ou 2% talvez.

P.: O senhor já tem essa estatística?

R.: Não. Mas todos os informes sobre o comportamento dos preços no varejo, por exemplo, indicam que estão sob controle. Haveria algum risco no caso de serviços pessoais e aluguéis, mas também aí a coisa está sob controle. Assim, a inflação foi controlada, embora alguns preços tenham sido mexidos. Esse é um congelamento flexível.

P.: Por que esses preços subiram ou foram mexidos?

R.: De propósito. Subiram os preços dos derivados de trigo porque o trigo subiu. Subiram os derivados de leite porque no dia 12 foi aumentado o leite *in natura*. Mas ninguém está dizendo que por causa disso o congelamento fracassou. Pelo contrário, isso é que está dando grande força ao congelamento. Porque é um congelamento flexível e inteligente. Pretende ser inteligente. Os supermercados estão cobrando em média 5% abaixo da tabela de preços oficial. Ora, se o preço médio do dia 12 é o preço da tabela e se os supermercados estão cobrando abaixo da tabela, isso significa que os preços não subiram.

P.: Mas há quem diga que as tabelas foram feitas com preços altos para favorecer os supermercados.

R.: Isso é uma travessura. Eu digo que as tabelas foram bem feitas e não foram feitas para proteger os supermercados. Simplesmente elas traduziram uma dispersão de preços muito grande para alguns produtos.

P.: Mas houve alguns erros.

R.: Que foram corrigidos. Sempre tem algum erro. O fundamental é que, feita a tabela, os supermercados estão obedecendo e, mais do que isso, estão vendendo abaixo da tabela. O segundo objetivo do plano também foi atingido por definição. Era o de recuperar parcialmente as finanças do setor público. Os aumentos dados para energia elétrica, aço e petróleo garantem isso. Por quê? Porque a inflação não acompanhou esses aumentos. Isso é muito importante porque reduz o déficit público.

P.: E a recessão?

R.: O terceiro objetivo do plano era pôr um mínimo de ordem na economia e evitar o caos. A economia estava entrando no caos. Nunca houve uma crise financeira tão grande como a que estávamos vivendo. Nunca houve tanta falência nem tanta concordata. A inflação nunca foi tão alta. Os salários nunca caíram tão depressa e tão radicalmente. E a recessão nunca se desencadeou tão rapidamente como neste ano. Tudo isso era um sinal do caos. Então, o objetivo mais geral do plano era dar uma es-

tancada nesse processo de desorganização da economia em que estávamos entrando.

P.: A recessão, então, já não ameaça mais?

R.: Tenho algumas informações sobre vendas no varejo. Já houve um aumento muito bom na última semana de junho. Na primeira de julho, houve um aumento médio de 23%, vamos dizer, de mais de 20% nas vendas de produtos não alimentícios no Brasil inteiro. Estou falando, na verdade, da semana que vai do dia 27 de junho a 2 de julho.

P.: Por que isso está acontecendo?

R.: Por dois motivos. Primeiro por causa dos salários. Os trabalhadores já estão recebendo os salários com 20% de aumento do último gatilho, enquanto os preços continuam congelados. Esse é o aumento de salário real que eu estou anunciando há muito tempo, que ninguém acredita mas que vão ter de acreditar à força. Não é bem à força. Vão ter de acreditar na prática. Porque o poder aquisitivo aumentou realmente. Neste mês de julho, os trabalhadores e a classe média vão comprar mais. Então a recessão já está sendo parcialmente superada. Só que para isso chegar à indústria, demora. O segundo motivo é o fato de que a taxa de juros baixou.

P.: Só a taxa nominal.

R.: Sim, mas isso é fundamental para permitir as compras a prazo.

P.: E a greve anunciada pelo movimento sindical?

R.: Eu acho que não vai sair greve exatamente porque eu não acredito em apelos e sim em racionalidades. Os trabalhadores vão perceber que graças a esse plano eles evitaram uma queda ainda mais violenta de seu salário real, que estava acontecendo. Evitaram também um desemprego muito maior. Já têm até perspectiva de começar a aumentar o seu emprego. Então só se forem loucos vão fazer greve. Eles decretaram uma greve para dois meses depois. Eu acho que essa greve não é para valer. Eles quiseram dar esse tempo para ver o que vai acontecer. Acho isso razoável. Mas espero ter tempo até lá para convencê-los de que eles não perderam nada, inclusive porque não havia intenção de prejudicá-los. Nem interesse. Às vezes existe esse interesse e os formuladores da política econômica apertam para o lado mais fraco. Mas agora não havia necessidade.

P.: Por que não havia?

R.: Porque eu não tinha e não tenho necessidade de provocar uma recessão. A recessão já estava em curso. Eu tinha necessida-

de de estancar a recessão, que ia ser muito grande. Não tinha necessidade de arrochar salário.

P.: E o plano para a dívida externa?

R.: Em relação aos bancos eu pretendo terminar a moratória no momento em que conseguir fazer o refinanciamento total da dívida com um *spread* que eu imagino deva ser zero.

P.: Zero?

R.: É, isso é o que seria razoável.

P.: Mas eles cobram 0,8% do México...

R.: É. Eles cobram 13/16% do México. Mas eu acho que seria razoável dar zero para o Brasil.

P.: Por quê? Nós somos melhores do que o México?

R.: Não. Nós não somos melhores do que o México. Por um motivo muito simples. Eles não estão dando um desconto de 37% na nossa dívida? Então, por que não tiram nosso *spread* de alto a baixo<sup>8</sup>?

P.: E o que eles ganham com isso?

R.: Depois eu respondo isso. Além de zerar os *spreads* eu digo que só saio da moratória quando tiver o financiamento dos juros de 1987 e 1988. Ainda quero uma terceira coisa, o esquema para ficar livre dos pequenos bancos. Por fim, uma redução paulatina dos créditos e débitos das agências dos bancos brasileiros no exterior?

P.: O que o senhor vai fazer em Washington?

R.: Vou apresentar meu plano, ou melhor, o plano do país, e restabelecer contato com eles. Serão as primeiras conversações para restabelecer nossas relações com o FMI etc. Mas não pretendo fechar nada, assinar nada. Não há necessidade disso. Nem eles têm necessidade e muito menos nós.

8. Um banco credor do Brasil tem um papel, um título da dívida, espécie de promissória. Digamos que o banco tem um papel no qual se diz que o governo brasileiro pagará, naquele título, um milhão de dólares em 1995. O título vence em 1995, até lá o país pagando só os juros. O banco detentor desse título pode vender esse papel para outro banco, dando um desconto — quer dizer, vende um título de um milhão por 600 mil dólares, dando, portanto, um *desconto* de 40%. O *desconto* (ou *deságio*) varia conforme a confiabilidade do papel. Se o país devedor está pagando juros em dia, e sua economia mostra condições de saldar a dívida integralmente no vencimento, então praticamente não tem *deságio*. Ao contrário, o desconto vai aumentando quanto mais complicada for a situação. Hoje, todos os títulos de países do Terceiro Mundo são negociados com *deságio*, pois é cada vez maior a convicção de que sua imensa dívida externa é impagável, ou que o possível já foi pago. O desconto levaria assim a dívida a seu valor real.

P.: E se eles exigirem o fim da moratória para iniciar negociação?

R.: Então não tem negociação. Não tem.

P.: O senhor pode responder agora? O que é que os bancos ganham com isso? Qual a vantagem que eles têm em aceitar tudo isso?

R.: Primeiro, que regulariza a situação deles conosco e eles passam a receber os juros integrais desde que nos financiem uma parte desses juros. A segunda é que eles recebem.

P.: Recebem dinheiro?

R.: Sim. Este ano infelizmente eu não posso pagar nada para eles. Mas no ano que vem eu posso.

P.: Quanto?

R.: Sei lá, 40% do que devemos em juros mais ou menos, talvez 50%. Nós devemos para os bancos privados US\$ 5 bilhões ao ano. Isso quer dizer que eles vão receber US\$ 2 bilhões. Já é algum dinheiro. Se continuarmos em moratória não recebem nada. Além disso, poderei também regulamentar o sistema de conversão de dívida em capital<sup>9</sup>, que interessa a eles.

P.: Interessa mais a eles do que a nós?

R.: Acho que interessa também a nós. Desde que sob controle. Desde que sejam estabelecidas prioridades, porque nós queremos fundamentalmente investimentos novos, orientados para projetos que produzam divisas para o país.

P.: O senhor imagina uma inflação ascendente no ano que vem?

R.: Ela pode ser ascendente, pode ser estável, pode ser descendente, pode começar ascendente e depois dar uma parada. Existem várias alternativas. Mas é perfeitamente possível mantê-la sob um razoável controle. Isso desde que se faça uma redução do déficit público e desde que se consiga controlar a quantidade de moeda na economia.

O importante também é manter a taxa de juro baixa. Para isso, se o setor privado passar a investir por conta própria, então eu tenho que baixar o déficit público fortemente. Porque caso contrário os recursos serão disputados pelos investidores de um lado e pelo governo de outro, o que eleva as taxas de juros. Mas

9. *Conversão*: o banco estrangeiro tem um crédito de um milhão de dólares para receber do Brasil. Vai então ao Banco Central, entrega seu título de crédito e recebe cruzados equivalentes, para investimentos em algum empreendimento no Brasil. É a conversão de dívida em investimento (capital). É normalmente feita com deságio.

se o setor privado não estiver investindo, então eu não preciso cortar tanto o déficit público, porque não vai haver essa disputa. E o déficit será financiado sem pressionar a taxa de juros para cima.

### **Entrevista a Otávio Frias Filho e Matinas Susuki Jr., da *Folha de S. Paulo*, de 12.7.1987.**

#### **CRESCIMENTO**

*Bresser:* A idéia básica do Plano Macroeconômico é estabelecer uma série de metas e fazer com que essas metas sejam coerentes umas com as outras, de forma que você possa ter uma visão macroeconômica para o Brasil e seu desenvolvimento nos próximos anos. Os objetivos fundamentais são: um crescimento este ano de 5%, no próximo ano de 6% e nos demais anos de 7%. Um superávit comercial este ano de US\$ 8,6 bilhões e nos próximos anos de dez. Um aumento dos investimentos de 19,5% do PIB em 87 para 24% em 91. Nesse crescimento de investimentos a idéia é fazer com que os investimentos públicos sejam mantidos aproximadamente em torno de 7,5% do PIB, durante o período, enquanto que os investimentos privados aumentem consideravelmente. Com relação ao Fundo Monetário Internacional eu fiz questão de que o Fundo estivesse aqui durante a elaboração final do Plano, para que eles pudessem dar sugestões, discutir conosco. Eles conhecem muito macroeconomia, têm economistas muito competentes lá, então não havia nenhuma razão para que nós não conversássemos com eles. Eu acho que a nossa equipe aprendeu alguma coisa com eles, mas continua a diferença. A diferença maior foi em relação ao déficit público, que eles queriam que fosse consideravelmente menor tanto este ano como principalmente o ano que vem. O ano que vem talvez nós consigamos um déficit público menor do que esse, mas ninguém pode ter certeza. Nós não queremos garantir nada que não possamos conseguir.

#### **SUCESSO DO PLANO**

*Bresser:* Eu acho que o Plano está correspondendo basicamente a tudo o que eu esperava dele: a inflação foi realmente



controlada, os salários reais deixaram de cair e em seguida tiveram uma recuperação, a economia parou de entrar na recessão e começa a ter uma recuperação. A crise financeira causada pela alta de juros nominal, que levava à insolvência as empresas que não conseguiam aumentar seus preços na mesma proporção da inflação, também está bem diminuída. Por enquanto, tudo são rosas. É claro que nós vamos ter problemas complicados pela frente. É claro que existe uma insatisfação dos trabalhadores, que vai ter que ser enfrentada. Os trabalhadores brasileiros estão extremamente desinformados a respeito do que aconteceu com os salários reais deles. Eu confesso que o DIEESE (Departamento Internacional de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos) não ajudou nessa história, atrapalhou, porque inventou uma perda real para os trabalhadores de 37%, que não se explica por nenhum cálculo. O DIEESE tem economistas competentes, alguns deles amigos meus pessoais, mas não há forma que me faça entender aqueles 37% que eles inventaram de queda do salário médio real provocada pelo Plano de Congelamento. Então, eu vou ter problemas por aí.

Com os empresários vou ter problemas também. Todos eles dizem que estão com seus preços atrasados. Não há um setor que não diga que seus preços estejam atrasados. O que é um absurdo. Se você tem uma determinada inflação e você congela um dia, alguns têm que estar com os preços atrasados e outros adiantados por definição e na média os atrasados e os adiantados se neutralizam. Não há associação de empresários que chegue na minha sala ou na sala do CIP e que não diga que os preços deles estão atrasados em porcentagens incríveis. Então vou ter problemas com eles, mas vou enfrentar, amavelmente. Isso faz parte do jogo.

## DÉFICIT PÚBLICO

*Bresser:* O aumento do investimento privado será possível na medida em que se reduza o déficit público e os recursos que o setor privado está hoje utilizando para financiar o setor público, através do mercado aberto e do *open*, passem a ser utilizados fundamentalmente para que não saiam do investimento do próprio setor privado. Para isso é fundamental que haja um aumento da capacidade de poupança no setor público, o que eu acho que é a arma estratégica do Plano. A capacidade de poupança do setor público, que em 87 é estimada em 0,5% negativo, deve-

rá subir para aproximadamente 5% em 91. O que é mais ou menos a metade do que foi em meados dos anos 70. Logo que a nova equipe assumiu o governo nós verificamos que o déficit público subiu para 6,7. Subia de 3,7 do PIB em 86 para 6,7, este ano, o que era uma situação insustentável e que decorreu fundamentalmente do desequilíbrio do Plano Cruzado. Então, nós colocamos como meta reduzir esse déficit público de 6,7% do PIB para 3,5%, o que é muito difícil, porque uma boa parte desse déficit já está realizada. Boa parte, por exemplo, das despesas financeiras dos estados já está feita. O desequilíbrio causado pelo subsídio creditício à agricultura já está feito, mas apesar disso nós estabelecemos como objetivo 3,5%, e esperamos alcançar esses 3,5%. É um déficit ainda alto, mas para as circunstâncias, ou seja, só metade do ano para trabalhar, é difícil. Para o ano que vem o déficit público está previsto ser 2,2% do PIB. Talvez até o começo da semana nós alteremos isso para 2%, mas é por aí. O que eu tenho defendido muito em relação ao déficit público brasileiro é que ele é estrutural, não é uma coisa de dois anos. Nos últimos dez ou quinze anos a capacidade de poupança do governo brasileiro caiu violentamente, de 8 a 9% do PIB para zero, e os investimentos, ainda que caíssem um pouco, continuaram sendo alocados, porque o Brasil tem que investir fundamentalmente em energia elétrica, em aço, que são investimentos apenas essenciais.

Por outro lado, o setor privado desenvolveu um superávit estrutural. Ele manteve a sua capacidade de poupança em torno de 17% do PIB, e seus investimentos são inferiores a isso, 12% do PIB, mais ou menos. Quer dizer, o setor privado tem condições de financiar o setor público. A grande preocupação do FMI é que um déficit público alto implique retirada de recursos do setor privado, o que impede que eles invistam, não só porque tiraram os recursos mas, principalmente, porque se eleva a taxa de juros. É o chamado *crowding out*<sup>10</sup>, é a elevação da taxa de juros decorrente do fato de que o setor público está sendo financiado pelo setor privado. Acontece que aí há um erro da parte do FMI, pode acontecer o *crowding out* mas ele acontece quando o setor

10. *Crowding out*: o governo financia seu déficit colocando papéis no mercado, que são adquiridos pelo setor privado. Esse empréstimo de grandes volumes de recursos do setor privado para o público é o fenômeno *crowding out*, que tem como principal consequência a elevação da taxa de juros, devido à grande demanda de recursos por parte do governo.

privado está querendo investir e ao mesmo tempo o setor público está disputando recursos para cobrir o seu déficit. E quando o setor privado não está querendo investir? Ele empresta o setor público, através do *open*, a uma taxa baixa de juros. Não há portanto o *crowding out*, ou seja, a elevação das taxas de juros em termos reais, que impede, afinal o investimento privado. Foi o que aconteceu no ano passado, por exemplo: apesar de um déficit público elevado o setor público foi financiado plenamente e o setor privado investiu.

## REDISTRIBUIÇÃO

*Bresser:* O que se quer é aumentar a capacidade de poupança do Estado e aumentar as tarifas públicas e, mais adiante, através de uma reforma tributária que onere, realmente, os ricos e não os pobres. Este é desafio fundamental do PMDB: ser capaz de fazer uma reforma tributária que onere os ricos e não os pobres.

## PROGRAMA DO PMDB

*Bresser:* O programa do PMDB é uma coisa bastante geral e, portanto, flexível para caber em muitas adaptações da realidade concreta. A escala móvel de salário, por exemplo. Eu disse na Câmara dos Deputados: eu já fui a favor da escala móvel, mas verifiquei na prática que não funciona. Existem dentro do PMDB certos setores que pensam de acordo com os anos 50, que têm um nacionalismo típico dos anos 50. Havia na época uma teoria que dizia que o capital estrangeiro estava aliado à oligarquia agrário-mercantil, principalmente cafeeira, exportadora, contra a industrialização.

Era a análise do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e do PCB. Isso não correspondeu à verdade, as empresas multinacionais vieram fazer investimentos fundamentalmente na indústria, de forma que aquela idéia de que o capital estrangeiro era antiindustrializante — o que era verdade, digamos, nos anos 30, 40 — deixou de ser nos anos 50. A idéia de basear toda a industrialização brasileira na substituição de importações, que foi uma estratégia boa para o Brasil nos anos 30, 40, 50, esgotou-se. A crise que começa nos anos 60 foi classicamente analisada por Celso Furtado e depois por Maria Conceição Tavares como uma crise do esgotamento do modelo de substituição de im-

portações. Nós tínhamos, a partir daquele momento, que começar a exportar.

Temos economistas do PMDB ainda hoje achando que o fundamental é voltar-se para o mercado interno, quando a forma correta de aumentar o mercado interno hoje é exportando. Isso já é verdade desde os anos 60. Existem algumas idéias, que não estão em programa nenhum do PMDB, mas algumas idéias assim populistas a respeito de política econômica. Por exemplo, que salário não faz inflação. Essa afirmação é ridícula, quer dizer, salário pode causar ou não causar inflação. Durante o período autoritário, o governo dizia que o salário estava causando inflação, quando ele estava aumentando muito menos do que a inflação. Agora, em outros momentos o salário aumenta mais e na frente da inflação, e aí provoca inflação. Eu não conheço nenhum economista respeitável que negue isso, no entanto, em certos círculos do meu partido, a idéia de que o salário não causa inflação é uma espécie de dogma.

## POPULARIDADE

*Bresser:* O fracasso do Cruzado foi a maior decepção da história do Brasil, a meu ver superior à decepção da renúncia de Jânio Quadros. E uma decepção dessas leva a um desgaste político do governo muito grande. À medida que esse Plano novo de fiscalização seja bem-sucedido, pode-se esperar uma razoável recuperação do prestígio do governo. Mas eu não estou disposto a desenvolver uma política econômica que tenha como objetivo fundamental aumentar a popularidade do governo. Se eu fizesse isso, os resultados seriam altamente negativos para o país e para o próprio governo, em última análise. Foi esse tipo de atitude que levou à *débâcle* no ano passado. Existe um certo imediatismo, da parte de todo mundo, em matéria de resultado da política econômica. Está todo mundo querendo ver a expansão da economia já. Eu acho que ela está acontecendo. Mas eu até tinha vontade de que não acontecesse para ver se o povo brasileiro, se os empresários, se os políticos têm um mínimo de capacidade de resistência, quer dizer, de saber que se em certos momentos é preciso fazer sacrifícios, vamos fazer sacrifícios. Este Plano não vai ter o sucesso popular que teve o Plano Cruzado. Primeiro, porque a inflação não vai ser zero, vai ficar um pouco maior que zero. Segundo, vou fazer o possível para evitar uma expansão de demanda como houve o ano passado. Há uma atitude assim de

aposta. A aposta de que o povo brasileiro é capaz de agüentar essa coisa, que o empresariado é capaz, que os políticos são capazes, de forma que vão acabar aceitando esse tipo de racionalidade e, afinal, daqui a algum tempo — mas daqui a algum tempo — o governo Sarney terá uma excelente popularidade.

## FLEXIBILIZAÇÃO

**Bresser:** Em agosto haverá alguma flexibilização de preços. Mas, essa idéia de que você passa do período de congelamento para a flexibilização assim de maneira abrupta não vai acontecer. Até isto vai ser flexível: a passagem do congelamento para a flexibilização. Muita coisa vai continuar basicamente congelada, mas se vai começar a fazer mais ativamente o acerto dos preços relativos. É possível que os salários já comecem a aumentar em agosto, moderadamente. E os preços de algumas mercadorias, não de todas.

## FMI

**Bresser:** Em relação ao Fundo Monetário Internacional, eu farei essa visita ao Fundo e às demais instituições em Washington, e vamos aguardar o relatório do Fundo nos termos do artigo 4.º do Estatuto do Fundo e nos termos do acordo que fizemos com ele em novembro do ano passado. Só depois desse relatório é que vamos discutir um acordo formal, que não deverá ser para breve, porque nós primeiro pretendemos negociar com os bancos. Os bancos têm uma idéia de que, quando fazem um acordo com um país, eles devem fazer desembolsos trimestrais se houver acordo com o Fundo. Entendem também que se o Fundo suspende seus pagamentos porque o país não atingiu uma determinada meta, eles também suspendem os seus pagamentos. Ora, isso é inaceitável para o Brasil, totalmente inaceitável. O que podia ser chamado de *close to default* (próximo da declaração de inadimplência), eu não sei se esse nome é bom. O Brasil só fará acordo com os bancos sem nenhuma condicionalidade, como eu já disse, a não ser a de que nós paguemos os juros. E não só deveremos fazer qualquer acordo com o Fundo depois de discutir bastante com a sociedade, mas depois que tivermos feito acordo com os bancos. Seria interessante fazer um acordo com o Fundo porque somos sócios do Fundo, porque o acordo nos daria algum recurso adicional, porque o acordo nos facilitaria um acor-

do mais duradouro com o Clube de Paris, o que também nos interessa, e porque nos facilitaria a obtenção de recursos do Japão, que dizem ter dinheiro. Nós negociamos a dívida se tivermos assegurado um certo fluxo de poupança externa para o Brasil, que está prevista no Plano. Significa que nós só sairemos da moratória se tivermos um aporte de financiamento de juros correspondente a aproximadamente US\$ 7,4 bilhões em 87/88.

## SALÁRIO MÍNIMO

*Bresser:* É uma posição muito firme do governo que a distribuição de renda no Brasil é muito desigual e que essa desigualdade não ocorre apenas pelo fato de que lucros, juros e dividendos são desproporcionalmente altos em relação aos salários. Ocorre também porque o leque salarial, a distribuição intra-salários, é muito desigual, a diferença entre o menor salário e o maior salário é uma loucura. No setor público chega a ser duzentas vezes, se pegar as grandes empresas é maior ainda. Isso é um escândalo. Como reduzir isso? Uma das coisas é através da elevação do salário mínimo, mas desde que o salário mínimo seja desvinculado dos demais salários. E para isso então existe a idéia de se criar um piso salarial nacional, que seria a remuneração mínima que os trabalhadores deveriam receber. E manter o salário mínimo como salário de referência, ao qual permaneceriam vinculados os outros salários. Agora, esse salário mínimo de referência aumentaria de acordo com o aumento da inflação, enquanto o piso salarial nacional poderia ser aumentado gradualmente. O objetivo que nós devemos ter e que a equipe econômica acha razoável, é dobrar o salário mínimo em quatro anos, em termos reais, gradualmente, a partir de mais ou menos 5% ao trimestre. Cinco por cento ao trimestre dá 21% ao ano e dá pouco mais que o dobro em quatro anos.